

Lina Coelho

**A dependência económica das mulheres
portuguesas que vivem em casal**

**Oficina do CES n.º 255
Julho de 2006**

Lina Coelho

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal

Resumo: A dependência das mulheres portuguesas que vivem em casal relativamente aos seus companheiros masculinos é caracterizada com base no indicador de dependência proposto por Sorensen e McLanahan (1987), o qual foi aplicado aos dados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares de 1989/90 e 2000.

Esta caracterização permitiu-nos concluir que mais dum quarto das mulheres portuguesas são inteiramente dependentes do rendimento monetário dos seus companheiros. A composição e características da família são determinantes importantes. Os casais mais jovens apresentam menores níveis de dependência feminina, mesmo quando têm filhos pequenos, o que é diferenciador da situação portuguesa, uma vez que estudos aplicados a outros países mostram sistematicamente uma influência muito negativa da presença de filhos-criança. Por outro lado, se é verdade que um maior número de filhos anda associado a maior dependência feminina, tal ocorre com menor intensidade do que na maioria dos outros países comunitários.

Constatámos que, também no caso português, as transferências públicas atenuam a dependência feminina, particularmente nos casais mais idosos.

Confirmámos ainda a enorme importância da obtenção de um diploma de estudos superiores para a autonomia relativa das mulheres em Portugal, especialmente porque tal se combina, na maioria dos casos, com um emprego público que permite usufruir de um prémio remuneratório considerável.

Concluimos referindo as limitações do indicador usado para uma correcta avaliação da autonomia económica das mulheres.

1. Introdução

A dependência económica (total ou parcial) entre as mulheres e os homens com quem elas vivem é uma característica das nossas sociedades e constitui um mecanismo central de manutenção da posição social subordinada das mulheres, impedindo-as de aceder ao pleno exercício da cidadania (Lister, 1990; O'Connor, 1996). Subjaz a esta leitura a ideia de que qualquer situação em que uma pessoa depende de outra(s) para prover à satisfação das suas necessidades materiais configura uma relação de poder: “when married or cohabiting women

do not have a wage or other source of personal income in their own right, their male partners have enormous power (potentially realised) over the resources at these women's disposal” (Lister, 1990: 450).

Vários autores sublinham o facto de a dependência de rendimento significar limitações ao controlo das mulheres sobre as suas vidas, limitações ao exercício dos seus direitos e um sentido de obrigação quer relativamente ao provedor de rendimento, quer relativamente àquilo em que o dinheiro deve ser gasto (Lister, 1990: 451).

Relativamente à teoria económica tradicional, desmascara-se assim a concepção da família como “unidade” de decisão composta por membros individuais que comungam de interesses comuns. A própria teoria económica tem vindo mais recentemente a admitir – através dos modelos económicos da família assentes na teoria dos jogos – que o acesso a um rendimento próprio determina a capacidade negocial relativa de cada cônjuge ou seja, o seu “poder” relativo. Um argumento importante nesta discussão é o facto de a estabilidade do rendimento das mulheres ao longo da vida ser fortemente subsidiário da sua dependência económica, uma vez que quanto mais intensa esta for, maior é a perda potencial de rendimento em caso de divórcio ou morte do marido. As mulheres são, assim, vítimas de vulnerabilidade económica acrescida, uma vez que estão expostas a maiores riscos de insegurança de rendimentos e de pobreza.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tem vindo a alterar a intensidade da dependência, contribuindo de modo decisivo para mudar as relações entre os géneros. As implicações deste processo são, também, interpretadas de modo diverso e contraditório por diferentes correntes e escolas de pensamento. Alguns autores enfatizam o seu papel dissuasor do casamento, uma vez que permite às mulheres “governarem-se” a si próprias e, desse modo, facilita a dissolução de casamentos ou relações conjugais menos satisfatórias para qualquer um dos cônjuges/companheiros. As vantagens económicas do casamento, tal como teorizadas por Becker (1981), resultam da complementaridade e interdependência que originam especialização de tarefas entre os cônjuges, com o homem dedicado ao trabalho remunerado e a mulher à actividade doméstica não remunerada. O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho põe em causa aquela especialização e as vantagens dela decorrentes, diminuindo assim os ganhos para cada um dos cônjuges. Já a literatura feminista trata o processo social em causa como emancipatório e libertador, não só para as mulheres como também para os homens, no sentido em que também estes se libertam da obrigação

exclusiva de sustentar a família. Esta interpretação põe, portanto, a tónica no óbice à realização de uma verdadeira partilha ou interdependência quando não se verifica a condição prévia da paridade efectiva entre parceiros: “True interdependence and sharing between individual women and men will not be possible so long as the economic and power relationships underpinning their interdependence are so unequal and so long as women’s unpaid work as carers is devaluated” (Lister, 1990: 446).

Por outro lado, é possível fazer uma leitura alternativa à tradicional no que respeita às vantagens do casamento entre cônjuges detentores de rendimento próprio. Oppenheimer (1997) sublinha o facto de os rendimentos do trabalho remunerado das mulheres lhes proporcionarem não só uma maior autonomia, mas constituírem também um contributo importante para o aumento dos rendimentos familiares e, portanto, para o nível de vida da família. Deste modo os homens tornam-se, também eles, parcialmente dependentes dos rendimentos obtidos pelas mulheres para aumentarem o seu nível de vida e reduzirem os riscos associados à eventual ruptura do casamento – os custos de um divórcio serão tanto menores para os homens quanto mais paritária for a geração de rendimento – ou a situações em que um dos cônjuges vê o seu rendimento próprio substancialmente reduzido (devido a doença ou desemprego, por exemplo). Neste sentido, a maior independência económica das mulheres tenderia a reforçar (e não a diminuir) as vantagens do casamento, aumentando a dependência mútua entre os cônjuges e permitindo a ambos (como aos restantes membros da família) um maior nível de bem-estar económico.

A intensidade do contributo da autonomia económica das mulheres para o aumento do seu próprio bem-estar é difícil de determinar. O acesso a um rendimento próprio gera uma participação “visível” na formação do rendimento familiar e propicia maior capacidade de controlo sobre as decisões familiares, contribuindo assim para melhorar a auto-estima das mulheres. Por outro lado, a capacidade negocial face ao cônjuge resulta reforçada, o que pode determinar uma partilha mais equitativa das responsabilidades e tarefas domésticas, contribuindo para aliviar a pesada “dupla carga” tradicionalmente suportada pelas mulheres, mesmo quando desenvolvem uma actividade remunerada.

Acresce ainda que não são de esperar efeitos uniformes para todas as mulheres trabalhadoras, independentemente do seu contributo para o rendimento familiar, do nível de rendimento da família, das suas características (número e idade dos filhos, família alargada ou família nuclear), do meio socio-económico em que se inserem, etc.

Esta é uma problemática que apela a abordagens pluridisciplinares (económica, sociológica, psicológica, antropológica), que tornem possível “compor” um quadro interpretativo para o fenómeno em causa, a partir das regularidades empíricas encontradas.

Neste ponto do nosso trabalho propomo-nos contribuir para este objectivo, fazendo uma análise quantificada da situação das mulheres portuguesas com recurso às estatísticas mais recentes dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (2000 e 1994/1995) do INE. Na medida do possível reportar-nos-emos, em termos comparativos, a trabalhos da mesma natureza já realizados noutros países.

A análise da situação portuguesa parece-nos particularmente relevante pelo facto de se tratar de um país onde a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou extraordinariamente nas últimas décadas (Maruani, 2000: 21-22). Os ganhos de autonomia pessoal e a contribuição para o aumento do rendimento monetário da família daí decorrentes são incontornáveis para a compreensão do padrão de vida e dos comportamentos de consumo em Portugal, mas são, sobretudo, importantes para perceber a mudança do papel económico das mulheres portuguesas enquanto agentes que participam e determinam escolhas.

A análise empírica da dependência entre mulheres e homens no que respeita ao rendimento tem já alguma tradição na literatura, nomeadamente a partir do trabalho de Sorensen e McLanahan (1987), que procuraram caracterizar a evolução da situação nos EUA no período entre 1940 e 1980. O indicador utilizado (DEP) mede o grau de dependência pela diferença entre a contribuição relativa do marido e da mulher para o respectivo rendimento conjunto:

$$\text{DEP} = (\text{receita líquida total do H} - \text{receita líquida total da M}) / (\text{receita líquida total do H} + \text{receita líquida total da M})$$

O indicador assume os valores 0 quando o montante do rendimentos recebido pelos cônjuges é igual, 1 para uma dependência total da mulher e -1 para uma dependência total do homem. Os valores intermédios traduzem as diferenças relativas de rendimento entre o homem e a mulher, com os valores positivos a significarem maiores rendimentos masculinos e vice-versa. Por exemplo, uma dependência de 0.5 pode resultar de uma situação em que o homem recebe 60 e a mulher 20. O indicador significa então que a mulher obtém (hipoteticamente) 50% do “seu quinhão” de rendimento através de transferência do marido:

numa situação igualitária ela obteria 40, pelo que, neste caso, ela vai receber metade desses 40 do marido para que ambos usufruam de igual montante de rendimento. Esta medida da dependência tem, portanto, subjacente a hipótese de que os membros do casal comungam e partilham equitativamente o rendimento conjunto, sendo a transferência de rendimento de um para o outro que cria a dependência. A investigação feita sobre esta questão mostra, no entanto, que esta não é uma regularidade universal, pelo que o indicador usado tende a sobrestimar a medida em que a mulher depende efectivamente do rendimento do marido para a realização do seu bem-estar material (Lundberg *et al.*, 1997; Ward-Batts, 2003; Vogler e Pahl, 1993, 1994).

O trabalho de Sorensen e McLanahan permitiu perceber a diminuição sustentada do grau de dependência ao longo do período, constatar que as mulheres das minorias étnicas eram sistematicamente menos dependentes do que as mulheres brancas e que as mulheres mais velhas (em particular depois dos 70 anos) dependiam relativamente menos dos companheiros do que as de idade inferior. Daqui se concluiu que as diferenças no rendimento não-salarial dos cônjuges eram menores do que as do rendimento salarial, uma vez que os idosos usufruem de transferências da Segurança Social que, porque mais equitativamente repartidas entre os sexos, mitigam a dependência verificada em fases anteriores do ciclo de vida, associadas a diferentes tipos de inserção no mercado de trabalho.

Mais recentemente, Sorensen (2001) usou dados do *Luxembourg Income Study* para os anos 90 para fazer uma análise comparativa dos rendimentos do trabalho de homens e mulheres para 7 diferentes países desenvolvidos: Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Alemanha, Holanda e Reino Unido. O trabalho permitiu concluir da menor dependência relativa das mulheres nos países nórdicos, apesar de, mesmos estes, apresentarem uma situação de não paridade. Uma conclusão particularmente relevante é a de que as mulheres com filhos de mais baixo nível etário (menores de 7 anos) apresentam sempre maiores níveis de dependência média, embora também com menor intensidade nos países nórdicos.

Van Berkel e De Graaf (1998) estudaram a evolução da situação das mulheres holandesas entre 1979 e 1991, com recurso ao índice de Sorensen e McLanahan. A análise restringiu-se a mulheres entre 15 e 64 anos. Os autores concluíram que as mulheres empregadas a tempo inteiro evoluíram no período para uma situação próxima da paridade de rendimentos com os seus parceiros, diversamente do que ocorreu para mulheres empregadas a tempo parcial. Por outro lado, a dependência das mulheres sem emprego remunerado evoluiu favoravelmente à custa da evolução das transferências da Segurança Social. Conclui-se também que a

dependência aumenta com a idade da mulher, embora mais marcadamente até aos 45 anos, e constatou-se uma grande diferença entre mulheres com filhos presentes e mulheres sem filhos, favorável a estas últimas. O nível de instrução da mulher revelou-se também muito diferenciador, uma vez que as mulheres com instrução superior apresentavam aproximadamente metade do grau de dependência das mulheres com instrução básica.

Bianchi, Casper e Peltola (1999) usaram também dados do *Luxembourg Income Study* relativos à década de 80 e a nove países industrializados¹ para estudar as determinantes da dependência feminina e concluíram que esta se correlaciona positivamente com a idade, a presença de filhos pequenos e o número de filhos. Pelo contrário, a dependência tende a ser menor quando a participação no mercado de trabalho e a educação das mulheres são elevadas relativamente às dos respectivos companheiros bem como em famílias que dependem relativamente mais de rendimentos não salariais. A repetição de padrões nos vários países leva as autoras a confirmar o profundo enraizamento da dependência feminina nas nossas sociedades e a sua conexão com a situação familiar, até porque a dependência permanece mesmo em países que aplicam políticas sociais activas para a contrariar.

Maître, Whelan e Nolan (2003) analisam a contribuição das mulheres para o rendimento equivalente da família em 12 países da União Europeia, incluindo Portugal, recorrendo aos dados de 1996 do Painel Europeu dos Agregados Familiares.² A análise restringe-se a casais cujo representante/homem tem entre 25 e 54 anos. Este trabalho reveste um particular interesse por permitir perceber a excepcionalidade da situação portuguesa, particularmente no contexto dos países do sul europeu. De facto, Portugal aparece mais afim da Dinamarca do que de qualquer outro país.

O trabalho mostra que naqueles países a contribuição masculina excede metade do rendimento familiar numa parcela de famílias que se situa entre 54% na Dinamarca e 83% na Holanda. Portugal salienta-se pelo valor relativamente reduzido (66,7%). Já no que respeita a situação idêntica para a contribuição feminina, ela acontece para uma parcela entre 6,1% de famílias (Holanda) e 11,7% (Reino Unido). O valor de Portugal é de 11%. Implica isto que a contribuição média das mulheres portuguesas para o rendimento da família é das mais elevadas (23,3%), apenas aquém da Dinamarca (30,8%) e Reino Unido (24,3%).

¹ Os países analisados foram a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a Finlândia, a Alemanha, a Holanda, a Noruega, a Suécia e os Estados Unidos.

² Neste caso os países analisados foram: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Espanha, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Suécia e Reino Unido.

A presença de filhos com idade inferior a 16 anos traduz-se em reduções da contribuição feminina em todos os países com excepção de Portugal, onde acontece o inverso. Por sua vez, um maior número de filhos reduz sensivelmente a contribuição feminina em todos os países, excepto Portugal e Dinamarca, onde as reduções verificadas são pouco expressivas.

Quando se tem em conta o nível de instrução das mulheres, a Dinamarca e Portugal sobressaem de novo pela positiva, sendo que Portugal se destaca especialmente no que toca a famílias cujas mulheres atingiram nível superior de instrução: neste caso a sua contribuição média é cerca de 42%, ficando a Dinamarca por um valor apenas ligeiramente acima de 35%.

A contribuição feminina é, em todos os países, menor no quintil mais baixo de rendimentos familiares e tende a aumentar com o nível de rendimento. Em ambos os quintis extremos da distribuição, os países que maiores valores apresentam para a contribuição feminina são, de novo, a Dinamarca e Portugal.

Nas famílias pobres (rendimento equivalente abaixo de 60% da mediana) a contribuição feminina é significativamente menor do que nas famílias não pobres, em todos os países. Em ambos os casos, mas mais claramente nas famílias não pobres, o valor de Portugal é um dos mais elevados.

2. Dados e indicadores utilizados

A fonte estatística utilizada foram os Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2000 e de 1994/95, realizados pelo INE, os quais permitem conhecer os rendimentos de cada indivíduo e da respectiva família, bem como identificar alguns factores de estratificação relevantes como a idade, os níveis de instrução ou a composição das famílias. A variável de rendimento usada foi a receita monetária líquida ou seja, a receita monetária efectivamente recebida.

Embora o nosso objectivo inicial fosse conhecer a evolução do fenómeno em estudo ao longo da década de 90, tomando como ponto de partida os dados do IOF 1989/1990, uma primeira exploração dos dados levou-nos a concluir da inviabilidade do trabalho, dada a não representatividade das receitas líquidas das mulheres mais idosas neste IOF.³ O objectivo inicial foi portanto reformulado, tendo-se restringido a análise aos dois IOF mais recentes.

³ As Estatísticas da Segurança Social registam cerca de um milhão de mulheres pensionistas em 1990, enquanto que o IOF 1989/90 só explicita o valor do rendimento de cerca de quatrocentas mil.

Os indicadores relativos à dependência económica da mulher e à sua contribuição para o rendimento familiar foram primeiro calculados para o conjunto dos casais identificados (casados ou em coabitação). De seguida, calculámos estes mesmos indicadores para diferentes grupos de casais definidos em função de atributos vários, como a composição da família, os níveis de instrução do marido e da mulher, a idade da mulher ou o sector empregador da mulher.

Um dos indicadores usados é o inicialmente proposto por Sorensen e McLanahan (DEP) que, como vimos, pondera a diferença entre a receita líquida recebida pela mulher e a recebida pelo homem pelo total da receita líquida do casal, permitindo conhecer imediatamente a contribuição da mulher para o rendimento do casal (CMrc) uma vez que $CMrc = (1-DEP) / 2$.

Calculámos também a contribuição relativa da mulher para o rendimento total da família (CMrf). A justificação para tal reside no facto de os membros do casal eventualmente não serem os únicos elementos da família a auferirem um rendimento. Nas famílias alargadas os rendimentos totais da família resultam do contributo de todos os membros da família com acesso a um rendimento e mesmo nas chamadas famílias nucleares (pais e filhos) o rendimento familiar total é formado, em muitos casos, por contributos dos filhos, sempre que estes têm uma actividade remunerada, o que em Portugal pode acontecer legalmente a partir dos 16 anos ou quando recebem transferências privadas (caso este que ocorre, por exemplo, em situações de famílias recompostas).

Embora os resultados do IOF que nos foram facultados pelo INE contemplem uma tipologia de agregados familiares que, num primeiro momento, julgámos poder usar para a análise por tipo de família, rapidamente percebemos que tal não era viável, dadas as insuficiências e imprecisões da variável “tipo de agregado”. De entre estas destacam-se o facto de aparecerem classificados como “casal” os agregados familiares com quaisquer duas pessoas vivendo juntas, ainda que do mesmo sexo e com diversos laços de parentesco (ex. Mãe e filha) ou o facto de os critérios para classificação dos filhos como crianças, jovens e adultos não serem claros (na categoria “casal com 3 ou mais crianças” encontramos situações em que todos os filhos têm mais de 15 anos, tendo alguns deles por vezes mais de 20 ou 25 anos, enquanto que outras famílias com idênticas características aparecem classificadas como “outro tipo de adp”). A tipologia usada foi portanto construída por nós, a partir da informação relativa às relações de parentesco e à idade dos filhos. Para tal considerámos como crianças as pessoas com idade até 14 anos (inclusive), como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos

(inclusive) e como adultos as pessoas com idade superior a 24 anos. Este trabalho permitiu-nos distinguir as seguintes categorias de família:

Quadro 1 – Tipos de família nos IOF

Tipo de família	IOF 2000		IOF 1994/95	
	Nº de Observações	Representatividade no universo	Nº de Observações	Representatividade no universo
Total de agregados familiares	10.020	3.599.272	10 544	3 285 865
Monoparental	649	219.018	664	212.650
Indivíduo só	1.822	622.802	1.531	460.870
Outro tipo de agregado familiar	554	173.965	552	172.976
Agregados familiares que incluem casal	6.995	2.583.487	7.807	2.434.962
Casal só	2.442	819.699	2.366	730.290
Casal só, com pelo menos 1 > 65 anos	1.491	473.402	1.537	479.215
Casal só, com ambos < 65 anos	951	346.298	829	251.075
Casal c/ filhos	4.331	1.673.313	5.168	1.625.558
Casal c/ filhos e com outros	633	189.221	812	243.411
Casal c/ filhos e sem outros	3.698	1.484.092	4.356	1.382.147
Casal, só c/ filhos adultos	527	221.358	593	185.630
Casal, só c/ filhos jovens	994	442.435	1.196	412.942
Casal, só c/ filhos crianças	1.283	503.608	1.344	413.240
Casal, só c/ crianças, pelo menos 1 < 5 anos	569	227.996	471	147.937
Casal, só c/ 1 criança	611	247.337	664	217.021
Casal, só c/ 2 crianças	540	211.956	530	163.189
Casal, só c/ 3 ou mais crianças	132	44.315	150	34.042
Casal, só c/ filhos crianças e jovens	650	220.860	830	244.515
Casal, só c/ filhos crianças e adultos	13	6.733	19	6.177
Casal só c/ filhos crianças, jovens e adultos	14	2.714	33	7.406
Casal, só c/ filhos jovens e adultos	217	86.384	341	111.117
Casal, só c/ outros elementos (s/ filhos)	222	90.475	273	83.521

No que respeita à tipologia referente ao nível de instrução dos indivíduos, procedemos à agregação dos dez níveis explicitados no IOF 2000 em apenas 5 níveis, com a correspondência seguinte: nível de instrução 1 = nenhum nível de instrução completado; nível de instrução 2 = básico (1º ciclo + 2º ciclo); nível de instrução 3 = básico, 3º ciclo; nível de instrução 4 = secundário (geral+profissionalizante); nível de instrução 5 = superior (politécnico + licenciatura + mestrado + doutoramento).⁴

⁴ As categorias consideradas no IOF 1994/95 são diferentes pelo que a agregação foi também diferente, ainda que procurando o maior grau de aproximação possível com o IOF 2000. Assim, agregámos os 11 níveis explicitados no IOF 94/95 também em 5 níveis, com a correspondência seguinte: nível de instrução 1 = nenhum nível de instrução completado; nível de instrução 2 = (primário + preparatório); nível de instrução 3 = secundário unificado; nível de instrução 4 = (secundário complementar + cursos profissionalizantes + cursos médios); nível de instrução 5 = superior (não universitário + universitário + pós-graduação).

Obtivemos assim os apuramentos constantes no quadro seguinte.

Quadro 2 – Tipos de casal, em função do nível de instrução da mulher e do homem

Níveis de instrução (m-mulher, h-homem)	IOF 2000		IOF 1994/95	
	Representatividade no universo	Nº observações	Representatividade no universo	Nº observações
ninst_m1h1	305.591	1.076	330.454	1.203
ninst_m2h2	1.155.872	3.131	1.130.353	3.636
ninst_m3h3	84.862	178	53.137	165
ninst_m4h4	56.111	115	57.188	192
ninst_m5h5	90.233	166	51.270	127
ninst_h2m1	315.122	801	301.160	854
ninst_h3m1	6.465	15	3.972	8
ninst_h3m2	131.140	296	106.415	279
ninst_h4m1	80	1	1.530	2
ninst_h4m2	38.110	70	45.045	114
ninst_h4m3	33.272	82	32.099	94
ninst_h5m1	0	0	0	0
ninst_h5m2	8.746	16	12.436	23
ninst_h5m3	15.976	38	12.901	30
ninst_h5m4	26.256	51	34.585	82
ninst_m2h1	96.549	375	99.011	446
ninst_m3h1	50	1	1.172	4
ninst_m3h2	84.711	229	54.871	181
ninst_m4h1	0	0	0	0
ninst_m4h2	43.182	124	27.430	103
ninst_m4h3	31.373	78	58.773	185
ninst_m5h1	0	0	0	0
ninst_m5h2	10.453	38	2.350	10
ninst_m5h3	12.086	42	8.902	21
ninst_m5h4	37.247	72	14.264	47

2.1. O grau de dependência das mulheres para diferentes tipos de família em 2000 e 1994/95

Na análise que fazemos de seguida os valores de 2000 aparecem primeiro, sendo referidos em segundo lugar os valores relativos a 1994/95 sempre que diferem daqueles.

O valor médio do DEP é da ordem 0.43 em 2000 e 0.45 em 1994/95 para o universo dos casais, sendo o contributo das mulheres para a receita líquida total da família de 25%. A diferença entre este último valor e o do contributo das mulheres para a receita do casal (cerca de 29%) comprova a presença de outros rendimentos para além dos do casal nalgumas famílias.

O valor dos indicadores do Quadro 3 revela variações sensíveis em função da composição da família. Os valores obtidos sugerem também efeitos geracionais significativos.

Quadro 3 – Análise por Tipo de Família

Tipo de família	IOF 2000				IOF 1995/95			
	Nº de casos	DEP	CMrfam	CMrcasal	Nº de casos	DEP	CMrfam	CMrcasal
Agregados familiares que incluem casal	2.583.223	0.43	0.25	0.29	2.434.962	0.45	0.25	0.28
Casal só, c/ pelo menos 1 > 65 anos	473.402	0.38	0.31		478.542	0.34	0.33	
Casal só, c/ ambos < 65 anos	346.298	0.49	0.26		250.831	0.47	0.26	
Casal com filhos e com outros	189.129	0.49	0.15	0.26	242.876	0.51	0.16	0.25
Casal, só com outros	90.475	0.46	0.22	0.27	83.114	0.46	0.21	0.27
Casal com filhos e sem outros	1.483.979	0.42	0.25	0.29	1.379.599	0.47	0.23	0.27
Casal, só c/ filhos adultos	221.294	0.43	0.17	0.29	184.389	0.47	0.17	0.27
Casal, só c/ filhos jovens	442.386	0.41	0.25	0.30	412.810	0.49	0.23	0.26
Casal, só c/ filhos crianças e jovens	220.860	0.45	0.24	0.28	244.461	0.49	0.24	0.26
Casal, só c/ filhos crianças	503.608	0.39	0.30	0.31	413.240	0.44	0.28	0.28
Casal, só c/ crianças, pelo menos 1 < 5	227.996	0.37	0.31	0.32	147.937	0.45	0.28	0.28
Casal, só c/ 1 criança	247.337	0.36	0.32	0.32	216.943	0.37	0.32	0.32
Casal, só c/ 2 ou mais crianças	256.271	0.42	0.28	0.29	196.297	0.51	0.25	0.25

Começando pelos agregados domésticos compostos apenas por um casal, verificam-se valores muito diferentes para os indicadores consoante o nível etário dos casais. Para os casais mais velhos, o DEP é sensivelmente menor do que o valor médio (0.38, 0.34) e o contributo das mulheres para o rendimento familiar atinge um valor claramente acima da média (31%, 33%). Já para casais sem idosos os valores são de sentido inverso: DEP maior do que a média (0.49, 0.47) e contributo das mulheres próximo da média (26%).

A explicação para tal disparidade passa pela natureza dos rendimentos auferidos por estes dois tipos de família, uma vez que a parcela de idosos usufruindo de pensões de aposentação, reforma ou velhice é muito elevada e a passagem para estas situações exerce um efeito nivelador dos rendimentos dos cônjuges, seja porque implica frequentemente reduções de rendimento para os homens, seja porque muitas mulheres passam a obter um rendimento próprio que não auferiam durante a idade activa, enquanto trabalhadoras não-remuneradas no seio da família (domésticas, trabalhadoras por conta própria na agricultura, etc.). Estamos, portanto, perante a constatação da influência das transferências da Segurança Social referida em Sorensen e McLanahan (1987).

No que respeita aos casais com filhos, os dados de 2000 sugerem uma relação positiva entre o nível de dependência da mulher e a idade dos filhos (e a correspondente relação inversa no que respeita ao contributo para os rendimentos familiares): enquanto os casais só com crianças menores que 5 anos apresentam um DEP de 0.37, os casais com crianças de qualquer idade têm DEP=0.39, os casais com filhos jovens têm DEP=0.41 e aqueles que coabitam com filhos já adultos revelam

um DEP de 0.43. Esta relação não é, no entanto, confirmada para 1994/95, tendo o indicador um comportamento irregular, o que impede qualquer conclusão sólida.

O facto de os dados de 2000 sugerirem ser nos casais mais jovens (aqueles que têm filhos mais jovens) que as mulheres portuguesas conseguem níveis de autonomia económica mais elevados está em conformidade com o que sabemos sobre a evolução das taxas de participação feminina em Portugal e sobre a evolução da escolaridade dos homens e das mulheres. E, em qualquer caso, o facto de a presença de filhos mais pequenos não determinar aumentos significativos da dependência da mulher é, por si só, muito distintivo da realidade portuguesa no contexto dos outros países desenvolvidos, uma vez que a presença de filhos de baixa idade anda habitualmente associada a menor intensidade de participação das mães e, conseqüentemente, a maior dependência do marido/companheiro, tal como evidenciado em Sorensen (2001), Van Berkel e De Graaf (1998) e Maître, Whelan e Nolan (2003).

Procurámos também perceber até que ponto o número de filhos de baixo nível etário determina a dependência económica das mulheres. Os resultados obtidos sugerem que o número de filhos de baixa idade limita o acesso da mãe a rendimento próprio, uma vez que os valores dos indicadores revelam uma diferença expressiva entre os casais só com uma criança e os casais com maior número de filhos criança: DEP=0.36 (0.37) e CMrf=32% e DEP=0.42 (0.51) e CMrf=28% (25%), respectivamente. Ainda assim, como vimos em Maître, Whelan e Nolan (2003), esta diferença parece ser menos intensa em Portugal do que na maioria dos outros países europeus.

2.2. O grau de dependência das mulheres por idade da mulher

Quadro 4 – Análise por idade da mulher

Idade da Mulher	IOF 2000				IOF 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Mais de 75 anos	143.502	0.31	0.32	0.35	133.100	0.26	0.35	0.37
65-75 anos	411.943	0.39	0.27	0.31	373.301	0.33	0.30	0.34
55-65 anos	504.859	0.51	0.20	0.25	504.368	0.52	0.20	0.24
45-55 anos	591.501	0.46	0.22	0.27	547.705	0.51	0.21	0.25
35-45 anos	601.487	0.41	0.27	0.30	545.135	0.45	0.26	0.28
25-35 anos	299.515	0.38	0.31	0.31	312.567	0.47	0.26	0.27
Menos de 25 anos	30.416	0.39	0.31	0.31	18.787	0.51	0.25	0.38

A análise por idade da mulher confirma a excepcionalidade dos casais mais idosos, uma vez que estes apresentam, nos dois anos, valores excepcionalmente reduzidos de DEP. Abaixo dos 65 anos manifesta-se uma tendência para a redução do DEP para níveis etários menores, tendência essa que é mais marcada em 2000.

Os dados do IOF 2000 sugerem também uma melhoria da situação das mulheres das faixas etárias mais jovens (até 35 anos) relativamente a 1994/95, cuja explicação deverá, em grande medida, procurar-se na grande transformação em curso no que respeita aos níveis de instrução relativos dos membros do casal. A título exemplificativo, naquela faixa etária o grupo das mulheres em casal com diploma superior cujo homem tem diploma escolar de 4º-6º ano aparece multiplicado por 4,5 no período, enquanto o grupo de mulheres com diploma superior em casais cujo homem tem 9º ano aparece multiplicada por 2,2. As situações exactamente inversas não aparecem representadas (a primeira) ou crescem apenas 60% (a segunda).

2.3. O grau de dependência das mulheres por níveis de instrução

Quadro 5 - Análise por nível de instrução da mulher

Nível de Instrução da Mulher	IOF 2000				IOF 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
“Nenhum”	627.209	0.42	0.25	0.29	635.897	0.41	0.25	0.30
4º ou 6º ano	1.430.202	0.48	0.22	0.26	1.391.191	0.53	0.21	0.24
9º ano	218.871	0.38	0.29	0.31	153.245	0.39	0.20	0.31
Secundário	156.923	0.36	0.32	0.32	177.921	0.22	0.38	0.39
Superior	150.019	0.11	0.43	0.45	76.707	0.08	0.45	0.46

O comportamento dos valores obtidos para os indicadores permite concluir que o nível de instrução é uma variável muito determinante, uma vez que os valores dos indicadores variam significativamente em função do nível de instrução atingido (Quadro 5). Assim, os valores de maior dependência económica das mulheres encontram-se nos casais em que o nível de instrução da mulher é o 4º-6º ano, reduzindo-se progressivamente para maiores níveis de instrução. No entanto, os valores obtidos para casais em que a mulher não completou nenhum grau académico (nível de instrução “nenhum”) são surpreendentes, na medida em que revelam, comparativamente, um nível de dependência reduzido e um contributo elevado para o rendimento total da família. A explicação para este facto reside, em grande medida, na

considerável sobreposição entre esta categoria e a dos casais idosos (cerca de 45% das mulheres casadas sem diploma escolar pertencem a casais idosos), manifestando-se assim o efeito igualizador dos rendimentos através das reformas/pensões que atrás referimos.

À parte esta especificidade, as conclusões obtidas estão em sintonia com os resultados obtidos por Van Berkel e De Graaf (1998) e Maître, Whelan e Nolan (2003). Salienta-se, no entanto, o facto de a instrução de nível superior conferir às mulheres portuguesas uma vantagem muito superior ao que acontece, em geral, nos países analisados por estes autores.

Atentando agora no nível de instrução relativo dos cônjuges (Quadro 6), começamos por constatar que a esmagadora maioria dos casais portugueses (cerca de dois terços) se constitui dentro do mesmo nível de instrução.

Quadro 6 - Análise em função dos níveis de instrução relativos

Tipo de situação	IOF 2000				IOF 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Casal com = nível de instrução	1.692.454	0.44	0.25	0.28	1.620.780	0.45	0.24	0.28
Ambos c/ nível inst. "nenhum"	305.542	0.35	0.28	0.325	330.400	0.31	0.31	0.35
Ambos c/ nível inst. 4º ou 6º ano	1.155.707	0.49	0.22	0.255	1.128.785	0.52	0.21	0.24
Ambos c/ nível inst. 9º ano	84.862	0.44	0.27	0.28	53.137	0.38	0.29	0.31
Ambos c/ nível inst. secundário	56.111	0.40	0.30	0.30	57.188	0.24	0.37	0.38
Ambos c/ nível inst. superior	90.233	0.20	0.39	0.40	51.270	0.17	0.41	0.42
Casal com nível de instrução H > M	575.167	0.49	0.22	0.255	548.978	0.53	0.21	0.24
Casal com nível de instrução M > H	315.602	0.23	0.35	0.385	265.205	0.28	0.33	0.36

Os valores de maior dependência económica da mulher encontram-se nos casais em que o nível de instrução do marido é superior ao da mulher, sendo o inverso também verdadeiro. Para casais com nível de instrução semelhante, os indicadores assumem valores muito próximos dos valores médios para o universo dos casais, o que em nada surpreende dada a importância relativa deste grupo.

Contudo, a situação é muito diversa consoante o nível de instrução que estamos a considerar. Para os casais em que ambos os cônjuges têm igual nível de instrução, o grau de dependência económica da mulher varia inversamente com o nível de instrução (e o seu contributo para o rendimento familiar varia directamente) a partir do patamar básico de escolaridade e atinge a sua menor expressão para escolaridade de nível superior. Confirma-se, no entanto, a relativa excepcionalidade dos casais em que não foi completado nenhum grau académico.

Por outro lado, o nível de paridade no acesso ao rendimento é especialmente elevado para casais com instrução de nível superior, a uma distância assinalável dos restantes tipos de casais.

A análise mais detalhada dos indicadores relativos a casais em que os cônjuges têm diferentes níveis de instrução é também muito reveladora da importância que esta questão assume.

Quadro 7 – Casais em que o marido tem nível de instrução superior à mulher

Tipo de situação	IOT 2000				IOT 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Marido c/ 4º ou 6º ano e mulher c/ menos	315.122	0.47	0.22	0.265	299.996	0.53	0.20	0.24
Marido c/ 9º ano e mulher c/ menos	137.605	0.51	0.22	0.245	110.387	0.54	0.21	0.23
Marido c/ secundário e mulher c/ menos	71.462	0.50	0.23	0.25	78.673	0.51	0.23	0.25
Marido c/ superior e mulher c/ menos	50.978	0.55	0.22	0.225	59.922	0.56	0.21	0.22

Quadro 8 – Casais em que a mulher tem nível de instrução superior ao marido

Tipo de situação	IOT 2000				IOT 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Mulher c/ 4º ou 6º ano e marido c/	96 500	0.36	0.26	0.32	98.510	0.51	0.2	0.25
Mulher c/ 9º ano e marido c/ menos	84 760	0.26	0.34	0.37	55.108	0.32	0.32	0.34
Mulher c/ secundário e marido c/	74555	0.25	0.36	0.375	86.149	0.11	0.42	0.45
Mulher c/ superior e marido c/ menos	59 786	-0.03	0.52	0.499	25.437	-0.11	0.54	0.56

Ainda que o pequeno número de casos em análise possa limitar a fiabilidade das conclusões, os valores obtidos sugerem que a dependência e a contribuição para o rendimento da família variam relativamente pouco com a combinação de níveis de instrução dos cônjuges quando o marido atingiu um nível de instrução superior à mulher (Quadro 7), sendo a situação completamente diferente quando é a mulher que apresenta nível de instrução superior ao marido (Quadro 8). Neste caso, o indicador de dependência decresce sistemática e significativamente com o nível de instrução da mulher a ponto de as mulheres com nível de instrução superior excederem, em média, o rendimento dos seus cônjuges, facto que só podemos considerar muito significativo num contexto em que os valores médios gerais são menos de metade destes.⁵

⁵ Esta situação só é parcialmente surpreendente. De facto, é sabido que o investimento em educação formal em Portugal é remunerado a taxas excepcionalmente elevadas. Portugal (2004: 98) refere que uma licenciada (um licenciado) obtém uma remuneração 91,7% (88,5%) superior à de uma trabalhadora (trabalhador) com o ensino secundário completo, valor muito superior às médias dos países desenvolvidos.

Mendes (1997, 1998) chama a atenção para o facto de as possibilidades de ascensão na estrutura social de classe em Portugal serem muito mais “abertas” para as mulheres do que para os homens, sendo a escolarização um factor essencial nas suas hipóteses de mobilidade ascendente. As constatações que acabámos de fazer sugerem, também, que a escolaridade de nível universitário é para as mulheres portuguesas um veículo decisivo de acesso a uma situação conjugal excepcionalmente autónoma em termos económicos.

2.4. O grau de dependência das mulheres por situação da mulher face ao emprego

O Quadro 9 deixa clara a importância da relação das mulheres com o mercado de trabalho na determinação da sua autonomia económica. À parte a excepção já antes referida para as reformadas, são as mulheres com emprego remunerado (particularmente aquelas com emprego a tempo inteiro) as que conseguem menores níveis de dependência (0.22, 0.24). No extremo oposto, e com dependência quase total, encontramos, sem surpresa, as mulheres que aparecem referenciadas como domésticas (0.93, 0.92).

Quadro 9 – Casais, por situação da mulher face ao emprego

Situação	IOF 2000				IOF 1994/95			
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Empregada	1.207.233	0.22	0.35		1.092.380	0.24	0.35	
Empregada a tempo inteiro	1.033.887	0.18	0.37					
Empregada a tempo parcial	173.345	0.46	0.22					
Reformada	545.871	0.22	0.34		492.860	0.21	0.35	
Doméstica	685.812	0.93	0.03		719.362	0.92	0.03	
Outra (desemp., estudante...)	144.307	0.58	0.19		130.414	0.53	0.20	

2.5. O grau de dependência das mulheres por sector de emprego da mulher

A participação das mulheres no emprego remunerado permite-lhes aceder a níveis de autonomia relativa muito acima dos valores médios, como seria de esperar. Assinale-se contudo que o emprego no sector público é muito mais decisivo uma vez que permite a quase paridade entre cônjuges no acesso a rendimento próprio (DEP=0.07), situação muito mais favorável do que a que se verifica para as mulheres com emprego no sector privado. Este resultado decorre parcialmente da diferente composição etária e de nível de instrução das

mulheres empregadas nos dois sectores. A título exemplificativo, cerca de 40% das mulheres com emprego público no IOF 2000 tinham instrução superior e menos de 30% tinham o 4º-6º ano de escolaridade, enquanto os valores correspondentes para mulheres com emprego privado eram, respectivamente, cerca de 6% e 60%. Por outro lado, só cerca de 17% das empregadas públicas tinham menos de 30 anos contra mais de 27% das empregadas no sector privado.

Quadro 10 – Casais em que a mulher tem emprego

Tipo de situação	IOT 2000			IOT 1994/95				
	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
Todos com M empregada	1.207.233	0.22	0.35	0.39	1.092.380	0.24	0.35	0.38
M empregada no sector público	255.024	0.07	0.43	0.47	243.661	0.07	0.44	0.47
M empregada no sector privado	952.208	0.26	0.33	0.37	848.719	0.29	0.32	0.36

Mas importa lembrar que, em Portugal como noutros países comunitários, há um prémio salarial associado com o exercício da função pública, geralmente mais favorável às mulheres do que aos homens. No caso português esta diferenciação sectorial é particularmente elevada para as mulheres, tendo-se estimado que, em final da década de 90, ela era de 26,5% para estas, sendo de 12,9% para os homens. Por outro lado, “enquanto no caso das mulheres, o prémio salarial tende a beneficiar de forma igual tanto as trabalhadoras mais remuneradas como as menos remuneradas, no caso dos homens, o benefício salarial decresce com o aumento do nível salarial” (Portugal e Centeno, 2001: 98-9).

O emprego no sector público constitui, portanto, para as mulheres portuguesas, em particular para as de maior nível de instrução, a via privilegiada de autonomização de rendimento relativamente aos seus companheiros masculinos.

2.6. O grau de dependência das mulheres nos casais com maior dependência de recursos públicos

A análise que temos vindo a fazer foi também aplicada ao grupo dos casais para os quais mais de metade do rendimento líquido provém de recursos públicos.⁶ Procurámos assim

⁶ Entendendo-se aqui por recursos públicos a totalidade das pensões, transferências e subsídios de natureza não privada identificáveis nos IOF.

perceber até que ponto a acção redistribuidora dos recursos públicos contraria (ou não) a desigualdade entre homens e mulheres no acesso a um rendimento próprio.

**Quadro 11 – Casais com maior dependência de recursos públicos
(mais de 50% da receita líquida)**

IOT 2000				IOT 1994/95			
Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc	Nº de casos	DEP	CMrf	CMrc
733.664	0.42	0.27	0.29	639.692	0.36	0.30	0.32

Os valores obtidos permitem concluir que a situação deste tipo de casais não se afasta significativamente da situação média geral em 2000, sendo contudo muito distinta, e comparativamente mais favorável às mulheres, em 1994/95. De facto, nesta data os valores obtidos são muito mais próximos daqueles que caracterizam os casais com idosos do que dos que caracterizam a totalidade dos casais. Este resultado é surpreendente e aponta para a necessidade de analisar as alterações à composição deste tipo de rendimentos e à respectiva distribuição no quinquénio em causa.

Tendo em conta que as pensões representam mais de 85% do total das receitas deste tipo em ambos os períodos, analisámos a sua evolução, tendo concluído que elas cresceram no período, em média, cerca de 35% em termos nominais para os homens que figuram nos IOF como representante ou cônjuge, tendo crescido cerca de 10% apenas para as mulheres que figuram nos IOF como cônjuges. Fomos, assim, levados a concluir que esta evolução diferenciada constitui o essencial da justificação para a evolução constatada nos indicadores de dependência analisados.

2.7. O grau de dependência das mulheres por decis de rendimento equivalente dos agregados familiares

A análise do Quadro 12 evidencia o facto de haver uma relação muito ténue entre o nível médio de vida das famílias e o nível médio de dependência das mulheres. Na verdade, só nos extremos da distribuição é notória a diferença no que respeita à dependência feminina, com níveis muito elevados de dependência no decil mais baixo de rendimentos e níveis relativamente reduzidos de dependência no topo da distribuição (embora com intensidade relativa muito mais moderada). Este padrão de dependência sugere que a base da distribuição é

muito marcada por casais cuja mulher não contribui para o rendimento monetário da família (por exemplo, domésticas), enquanto no topo da distribuição se encontrarão mulheres com contribuições muito significativas.

Quadro 12 – Casais segundo decis de rendimento equivalente dos agregados familiares

Decis	IOF 2000			IOF 1994/95		
	DEP	CMrf	CMrc	DEP	CMrf	CMrc
1	0.60	0.18	0.20	0.56	0.21	0.22
2	0.38	0.29	0.31	0.47	0.25	0.27
3	0.41	0.26	0.30	0.44	0.25	0.28
4	0.43	0.25	0.29	0.51	0.21	0.25
5	0.44	0.24	0.28	0.48	0.23	0.26
6	0.43	0.24	0.29	0.48	0.22	0.26
7	0.40	0.25	0.30	0.44	0.24	0.28
8	0.41	0.25	0.30	0.42	0.25	0.29
9	0.41	0.27	0.30	0.36	0.29	0.32
10	0.36	0.30	0.32	0.35	0.31	0.33

2.8. Níveis relativos de acesso a rendimento próprio nos casais, por tipo de família

Os quadros que se seguem (Quadros 14.1 e 14.2) classificam os casais em função do nível de (des)igualdade no rendimento entre os cônjuges /companheiros, segundo a composição da família.

Quadro 14.1 – Dependência das mulheres, por tipo de família, IOF 2000

Tipo de família	Nº de casos	DEP	M sem rendimento próprio	M c/ rendimento < H	Paridade entre M e H	M c/ rendimento > H	H sem rendimento próprio
Agregados familiares que incluem casal	2583223	0.43	26.2	39.3	28.1	5.5	0.8
Casal só, c/ pelo menos 1 > 65 anos	473402	0.38	23.4	33.7	38.2	4.7	0
Casal só, c/ ambos < 65 anos	346298	0.49	30.2	41.2	23.8	3.7	1
Casal com filhos e sem outros	1483979	0.42	24.5	41.9	26.7	5.8	1.1
Casal, só c/ filhos adultos	221294	0.43	28.3	40.3	23	6.8	1.6
Casal, só c/ filhos jovens	442386	0.41	25.7	39	26.7	7	1.6
Casal, só c/ filhos crianças e jovens	220860	0.45	26.2	41.9	24.7	5.9	1.4
Casal, só c/ filhos crianças	503608	0.39	19.1	45.4	30.7	4.2	0.6
Casal, só c/ crianças, pelo menos 1	227996	0.37	18.4	42.1	33.3	6.0	0.2
Casal, só c/ 1 criança	247337	0.36	16.7	44.4	35.2	3.3	0.4
Casal c/ 2 ou mais crianças	256271	0.42	21.4	46.5	26.3	5.1	0.8

Quadro 14.2 – Dependência das mulheres, por tipo de família, IOF 1994/95

Tipo de família	Nº de casos	DEP	M sem rendimento próprio	M c/ rendimento < H	Paridade entre M e H	M c/ rendimento > H	H sem rendimento próprio
Agregados familiares que incluem casal	2.434.96	0.45	29.4	37.1	27.8	4.8	0.9
Casal só, c/ pelo menos 1 > 65 anos	478.542	0.34	20.0	32.7	42.9	4.1	0.3
Casal só, c/ ambos < 65 anos	250.831	0.47	31.4	37.5	25.4	4	1.7
Casal com filhos e sem outros	1.379.59	0.47	30.9	39.3	23.6	5.4	0.8
Casal, só c/ filhos adultos	184.389	0.47	32.7	37.8	23.7	5.3	0.5
Casal, só c/ filhos jovens	412.810	0.49	30.3	42.9	20.2	6	0.5
Casal, só c/ filhos crianças e jovens	244.461	0.49	32.6	38.5	24.1	3.8	1
Casal, só c/ filhos crianças	413.240	0.44	27.1	38.9	27	6.1	1
Casal, só c/ crianças, pelo menos 1	147.937	0.45	29.9	34.2	28.9	5.7	1.3
Casal, só c/ 1 criança	216.943	0.37	21.8	39.3	30.1	6.9	1.8
Casal c/ 2 ou mais crianças	196.297	0.51	32.9	38.3	23.4	5.3	0.1

Os valores foram obtidos a partir da distribuição de frequências do DEP. São apresentadas cinco diferentes situações: a mulher não tem um rendimento próprio, o rendimento feminino é inferior ao masculino, a contribuição de ambos é paritária (significando que representa mais de 40% e menos de 60% do rendimento conjunto), o rendimento masculino é inferior ao feminino, o homem não tem um rendimento próprio.

Esta análise confirma, *grosso modo*, as conclusões a que já chegámos, mas complementa-as com alguns dados interessantes. Antes de mais, confirma-se a excepcionalidade do grupo dos casais em que pelo menos um dos cônjuges tem mais de 65 anos, que manifesta a maior parcela de casais com igualdade de rendimentos entre cônjuges de todos os grupos considerados. Verifica-se também que o valor do rendimento auferido pela mulher é inferior ao do respectivo cônjuge em mais de 65% (70% em 1994/95) dos casais portugueses. Para além da excepção constituída pelos casais mais idosos, só no caso dos casais com filhos criança é que a proporção fica ligeiramente aquém destes valores.

Ainda mais incisivo (pelo que representa de total dependência face ao marido) é a expressão assumida pelas situações de ausência de qualquer rendimento próprio da mulher (superior a 25%). A este propósito, registe-se o facto de as famílias com crianças tenderem a apresentar valores claramente inferiores à média só quando o número de filhos é um, confirmando de novo a ideia de que o número de crianças na família não é dissociável da dependência da mulher.⁷

⁷ É muito distinta a realidade das mulheres com instrução de nível superior. Por exemplo, nos casais em que ambos têm nível de instrução superior, só 7,9% das mulheres em 2000 não auferiam um rendimento próprio.

Já as situações em que a mulher auferir um rendimento superior ao homem não revelam um padrão comum aos dois IOF, o que certamente terá que ver com o pequeno número de casos verificado.

3. Conclusões

A análise que acabámos de fazer permitiu-nos caracterizar, sob diversos ângulos, a realidade da dependência das mulheres relativamente aos seus companheiros masculinos no que respeita ao rendimento monetário. Este exercício é importante na medida em que, em sociedades mercantilizadas como a nossa, a capacidade autónoma de geração de rendimento monetário é não só a chave do acesso à satisfação de necessidades como tem também implicações múltiplas para a qualidade de vida dos indivíduos em termos de factores imateriais de bem-estar como o reconhecimento social e a auto-estima pessoal.

A conclusão que primeiro salientamos é a de que mais dum quarto das mulheres portuguesas são inteiramente dependentes do rendimento monetário dos seus companheiros. Este é um dado particularmente relevante pelo que implica de potencial de subjugação feminina face àqueles que providenciam sustento. As situações de paridade aproximada apresentam uma importância semelhante àquela, ficando de permeio a situação da maioria das mulheres portuguesas (40%) que corresponde a graus diversos de dependência.

Vimos também que a composição da família é um factor diferenciador importante. Os casais mais jovens apresentam menores níveis de dependência feminina, mesmo quando há um filho de tenra idade para cuidar. Este dado é particularmente diferenciador da situação portuguesa, uma vez que estudos aplicados a outros países mostram sistematicamente uma influência negativa da presença de filhos-criança na capacidade de geração autónoma de rendimento pelas mães. Por outro lado, se é verdade que um maior número de filhos parece andar associado a reduções na autonomia feminina, estas ocorrem com menor intensidade do que na maioria dos países comunitários.

Um outro dado importante é a confirmação, para o caso português, de que as transferências públicas atenuam a dependência feminina, particularmente nos casais mais idosos. Contudo a nossa análise sugere que este efeito se atenuou no quinquénio analisado, nomeadamente para os casais que mais dependem desta fonte de rendimento.

A conclusão porventura mais impressionante que obtivemos é, contudo, a da importância da obtenção de um diploma de estudos superiores para a autonomia relativa das mulheres. De facto, em Portugal a instrução de nível superior constitui a via de eleição para a emancipação económica das mulheres, ao mesmo tempo que determina patamares de bem-estar económico muito superiores aos da generalidade das famílias porque a maioria destas mulheres (60% em 2000) forma casal com um parceiro com diploma de nível idêntico. Este é, pois, um factor de profunda clivagem na realidade das mulheres portuguesas quer pelo padrão de vida a que permite aceder, quer pelas implicações em termos da autodeterminação económica das mulheres.

O rendimento feminino aparece assim a desempenhar “funções” muito diferenciadas para diferentes tipos de família: mero complemento para a generalidade das famílias, parcela determinante (ainda que raramente maioritária) para a minoria constituída pelos casais com instrução superior.

A segmentação sectorial existente no emprego das mulheres parece concorrer decisivamente para esta situação. Ao absorver a grande maioria das mulheres licenciadas, o sector público tem contribuído de forma decisiva para o processo rápido de emancipação económica destas mulheres, contribuindo assim para vincar desigualdades entre mulheres.

Contudo, a crise da despesa pública e a pressão dela decorrente para o emagrecimento do sector parece constituir uma ameaça “específica ao género” em desfavor das mulheres e um travão ao processo descrito, dada a centralidade que a instrução de nível superior ganhou nesta dinâmica.

Outros factores apontam nesse mesmo sentido, como sejam as implicações da evolução demográfica. Na medida em que as escolas tendem a esvaziar-se de alunos, um dos sectores de eleição neste emprego feminino vê drasticamente reduzida a sua capacidade empregadora, o que não deixará de afectar significativamente a situação das mulheres mais jovens. Podemos pensar que outras necessidades se perfilam, como as que se associam às crescentes necessidades na saúde ou no cuidado a idosos. Mas o facto de este tipo de necessidades ser, em parte significativa, assegurado por entidades de direito privado (nomeadamente no domínio do chamado “terceiro sector”) permite recluir efeitos de travagem no processo de autonomização de rendimento das mulheres.

Mas o quadro geral que obtivemos neste trabalho aponta, principalmente, para um grande fosso entre duas situações extremas: a das mulheres menos qualificadas, predominantemente situadas nas faixas mais altas da idade activa, trabalhando no sector privado ou não tendo emprego remunerado, e a das mulheres mais qualificadas, relativamente mais jovens e

trabalhando no sector público: as primeiras (em maioria) sujeitas a situações económicas familiares mais ou menos precárias, associadas a baixas remunerações e a condições de trabalho e de vida marcadas pela incerteza e pela observância muitas vezes mitigada de direitos socioprofissionais, e sujeitas aos níveis de dependência económica mais elevados que encontramos; as segundas (uma pequena minoria) vivendo o desafogo económico familiar que as qualificações proporcionam, e usufruindo da garantia de direitos socioprofissionais e da segurança que o emprego público possibilita, a que se acrescentam níveis de autonomia económica excepcionalmente elevados. Pelo meio, situações intermédias, numa paleta que combina diferentes gradações daqueles factores. Parece assim que, na nossa sociedade, a dependência económica das mulheres relativamente aos seus companheiros masculinos é correlativa com outros factores de desvantagem socioeconómica, de tal modo que são as mulheres das famílias mais desprovidas de recursos e direitos as mais gravemente desiguais face aos homens de quem dependem, tornando-as particularmente vulneráveis à privação e à pobreza em caso de dissolução do casal.

Chegados aqui importa, no entanto, reconhecer que a abordagem que vimos fazendo enferma de limitações várias. Desde logo porque o indicador utilizado se baseia na hipótese de comunhão e partilha equitativa do rendimento monetário pelos cônjuges. Em segundo lugar porque este indicador caracteriza o fenómeno da dependência feminina em termos estritamente *relativos*, ao indicar-nos em que *proporção* a mulher depende das transferências do marido para atingir um patamar de rendimento monetário idêntico ao dele. Ora, a questão da autonomia económica das mulheres não se restringe ao seu contributo relativo para o rendimento de casal. De que interessa uma situação de paridade relativa se o rendimento absoluto é escasso e não permite atingir níveis razoáveis de satisfação de necessidades em caso de ruptura da relação? O fim de uma relação conjugal (mesmo se insatisfatória noutras vertentes) implica custos de vida acrescidos para os indivíduos, podendo ser este um factor muito limitador da efectiva autonomia económica das mulheres casadas, especialmente quando são mães de filhos dependentes e têm que contar, na maior parte dos casos, com os encargos materiais (e imateriais) da tutela desses filhos em situação de divórcio.

Num momento subsequente do nosso estudo procuraremos atender a esta dimensão da questão, entrando também em linha de conta com os valores do rendimento absoluto das famílias e procurando usá-lo para reajustar a leitura proporcionada pelo indicador de dependência até agora utilizado.

Referências bibliográficas

- Becker, G. S. (1981), *A Treatise on the Family*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Bianchi, S.M.; Casper, L.M.; Peltola, P. K. (1999), “A Cross-National Look at Married Women's Earnings Dependency”, *Gender Issues*, 17, 3-33.
- Blau, F.D.; Ferber, M.A.; Winkler, A.E. (2002), *The Economics of Women, Men and Work* (4th edition), Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall.
- Lister, R. (1990), “Women, Economic Dependency and Citizenship”, *Journal of Social Policy*, 19(4), 445-467.
- Lundberg, S.J.; Pollak, R.A.; Wales, T.J. (1997), “Do Husbands and Wives Pool their Resources? Evidence from the U.K. Child Benefit”, *Journal of Human Resources*, XXXII(3), 463-480.
- Maitre, B.; Whelan, C.T.; Nolan, B. (2003), “Female partner's income contribution to the household income in the European Union”, *EPAG working papers*, 43.
- Maruani, M. (2000), *Travail et Emploi des Femmes*. Paris: La Découverte.
- Mendes, J.M. (1997), “Mobilidade Social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 127-156.
- Mendes, J.M. (1998), “Class Structure and Intergenerational Mobility in Portugal: the importance of gender and skills”, in V. Ferreira; T. Tavares; S. Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta Editora, 315-328.
- O'Connor, J.S. (1996), “Labour Market Participation, Gender and Citizenship. From Women in the Welfare State to Gendering Welfare State Regimes”, *Current Sociology*, 44(2), 101-107.
- Oppenheimer, V.K. (1997), “Women's Employment and the Gain to Marriage: the Specialization and Trading Model”, *Annual Review of Sociology*, 23, 431-453.
- Portugal, P. (2004), “Mitos e Factos sobre o Mercado de Trabalho Português: a Trágica Fortuna dos Licenciados”, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Março, 73-80.
- Portugal, P.; Centeno, M. (2001), “Os Salários da Função Pública”, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Setembro, 91-100.
- Sorensen, A.; McLanahan, S. (1987), “Married Women's Economic Dependency”, *American Journal of Sociology*, 93(3), 659-687.
- Sorensen, A. (2001), “Gender equality in earnings at work and at home”, *LIS Working paper*, 251.
- Ward-Batts, J. (2003), “Out of the Wallet and into the Purse: Using micro data to test income pooling”, *Claremont Colleges Working Papers*, 10.
- Van Berkel, M.; De Graaf, N.D. (1998), “Married Women's Economic Dependency in the Netherlands”, 1979-1991, *British Journal of Sociology*, 49(1), 97-117.
- Vogler, C.; Pahl, J. (1993), “Social and Economic Change and the Organization of Money Within Marriage”, *Work, Employment and Society*, 7(1), 71-95.
- Vogler, C.; Pahl, J. (1994), “Money, Power and Inequality Within Marriage”, *Sociological Review*, 42(2), 262-288.